



CÂMARA DOS DEPUTADOS - SGM
SISTEMA DE QUESTÕES DE ORDEM

Questão de Ordem Nº 415

<i>Autor</i>	<i>Partido/UF</i>	<i>Data-Hora</i>	<i>Legislatura</i>
IZALCI	PR-DF	06/11/2014 18:10	54

Presidente da Sessão
JOÃO CALDAS (PNI-AL)

Ementa

Requer a invalidação da votação do PL n. 6.926/2010 na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia. Alega que, após votação simbólica realizada na Comissão, solicitou verificação nominal da votação com fundamento em normas regimentais e decisões anteriores da Presidência (QO 338/2013). Todavia a Presidência da Comissão invalidou a solicitação de verificação.

Texto da Questão de Ordem

Sessão Ordinária – 06/11/2014:

O SR. IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem e, logo em seguida, falar em nome da Liderança do PSDB e da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, formulo uma questão de ordem a V.Exa. neste momento, com base no art. 57, XXI, e no art. 95, § 8º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que tratam da interpretação e observância do Regimento.

No último dia 05 de novembro, às 10h40min, a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia — CINDRA aprovou em votação simbólica o Projeto de Lei nº 6.926, de 2010, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado.

Ocorre que o Deputado Izalci discutiu e encaminhou a matéria contrariamente ao parecer do Relator, conforme transcrição dos áudios da reunião. E coloco: “É evidente que não podemos neste momento aprovar um projeto dessa magnitude.” Transcrevo. No final, eu coloco: “(...) a questão do Entorno através de parcerias como está sendo proposta pelo Governador Marconi Perillo e Rodrigo Rollemberg”.

Então, eu pediria aos colegas para votarem pela rejeição do projeto. E, após a proclamação do resultado desse processo de votação simbólica, o referido Deputado, membro da Comissão e Vice-Líder do PSDB, solicitou a verificação de votação.

Contudo, o Presidente da Comissão informou ao Deputado Izalci que não concederia a verificação de votação, apesar de o Deputado utilizar estritamente o que prevê o art. 185, § 1º, combinado com art. 187, § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, prerrogativa essa consolidada pela Questão de Ordem nº 338, de 2013, que estabelece que somente Líderes ou Vice-Líderes podem requerer em plenário a verificação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS - SGM SISTEMA DE QUESTÕES DE ORDEM

votação, podendo fazê-lo nas Comissões, observando o princípio da representação proporcional dos partidos.

Na sequência, o Presidente da reunião, Deputado Pastor Eurico, decidiu pela invalidação da solicitação de verificação de votação, uma vez que, em sua interpretação e do autor do projeto, sem divergências de votos, a verificação da votação não poderia ser realizada.

Em face do exposto, requeiro o conhecimento da presente questão de ordem e a anulação da votação do Projeto de Lei nº 6.926, d e 2010, considerando os arquivos de áudio e vídeo da referida reunião.

Assinado: Deputado Izalci, do PSDB do DF.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - A Mesa recebe a sua questão de ordem e passa à Mesa e ao Presidente, para que façam a competente análise, Sr. Deputado.

.....
Inteiro Teor da Questão de Ordem
QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente,

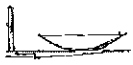
Formulo a questão de ordem a V. Exa. neste momento, com base nos artigos 57, XXI e 95, § 8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que tratam da interpretação e observância do Regimento.

No último dia 05 de novembro, às 10h40, a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA) aprovou em votação simbólica o Projeto de Lei nº 6.926/2010, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado.

Ocorre que o Deputado Izalci discutiu e encaminhou a matéria contrariamente ao parecer do Relator, conforme transcrição dos áudios da reunião:

"
É evidente que não podemos neste momento aprovar um projeto dessa magnitude, porque na prática existe um projeto novo de desenvolvimento para o Distrito Federal.

.....
Agora de qualquer forma, é... Eu gostaria de pedir aos pares para que olhassem esse foco, né? Que Brasília precisa é entrar na característica, também, do desenvolvimento econômico. Nós não podemos ficar como servidor público, como funcionalismo público predominante, e não é mais, então Brasília não pode abrir mão realmente desse projeto do Fundo do Centro-Oeste que é especificamente para o desenvolvimento econômico, então eu peço aqui a compreensão do Deputado Ronaldo Caiado, sei da sua intenção, sei das dificuldades do entorno, mas nós' podemos resolver a questão do entorno através de parcerias como está sendo proposta pelo Governo Marconi Perillo e Rodrigo Rollemberg,



CÂMARA DOS DEPUTADOS - SGM SISTEMA DE QUESTÕES DE ORDEM

então, eu pediria aos colegas para votarem pela rejeição do Projeto".

E após a proclamação do resultado pelo processo de votação simbólico, o referido Deputado, membro da Comissão e Vice- Líder do PSDB, solicitou verificação de votação.

Contudo, o Presidente da Comissão informou ao Deputado Izalci que não concederia a verificação de votação, apesar do Deputado utilizar estritamente o que prevê o artigo 185, § 1º combinado com artigo 187, § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Prerrogativa essa consolidada na QO 338/2013 - estabelece que somente Líderes ou Vice-Líderes que podem requerer em Plenário a verificação de votação podem fazê-lo nas Comissões, observando o princípio da representação proporcional dos partidos.

Na sequência, o Presidente da reunião, Deputado Pastor Eurico, decidiu pela invalidação da solicitação de verificação de votação, uma vez que, em sua interpretação e do autor do Projeto, sem divergências de votos a verificação da votação não poderia ser realizada.

Em face do exposto REQUEIRO o conhecimento da presente QUESTÃO DE ORDEM e a anulação da votação do Projeto de Lei nº 6 .926/10 considerando os arquivos de áudio e vídeo da referida reunião.

Deputado IZALCI
PSDB/DF

Decisão

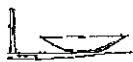
Presidente que proferiu a Decisão

Ementa

Recurso

Autor do Recurso

Ementa



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - SGM
SISTEMA DE QUESTÕES DE ORDEM**

Questão de Ordem Nº 415

<i>Autor</i>	<i>Partido/UF</i>	<i>Data-Hora</i>	<i>Legislatura</i>
IZALCI	PR-DF	06/11/2014 18:10	54

Presidente da Sessão
JOÃO CALDAS (PNI-AL)

Ementa

Requer a invalidação da votação do PL n. 6.926/2010 na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia. Alega que, após votação simbólica realizada na Comissão, solicitou verificação nominal da votação com fundamento em normas regimentais e decisões anteriores da Presidência (QO 338/2013). Todavia a Presidência da Comissão invalidou a solicitação de verificação.

Texto da Questão de Ordem

Decisão

Presidente que proferiu a Decisão

Ementa

Recurso

Autor do Recurso

Ementa

Ponto: 415 Ass.: D

Origen: SESO

Secretaria-Geral da Mesa SGRD 06/NOV/2014 18:26



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente,

Formulo a questão de ordem a V. Exa. neste momento, com base nos artigos 57, XXI e 95, § 8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que tratam da interpretação e observância do Regimento.

No último dia 05 de novembro, às 10h40, a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA) aprovou em votação simbólica o Projeto de Lei nº 6.926/2010, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado.

Ocorre que o Deputado Izalci discutiu e encaminhou a matéria contrariamente ao parecer do Relator, conforme transcrição dos áudios da reunião:

“

É evidente que não podemos neste momento aprovar um projeto dessa magnitude, porque na prática existe um projeto novo de desenvolvimento para o Distrito Federal.

.....

Agora de qualquer forma, é... Eu gostaria de pedir aos pares para que olhassem esse foco, né? Que Brasília precisa é entrar na característica, também, do desenvolvimento econômico. Nós não podemos ficar como servidor público, como funcionalismo público predominante, e não é mais, então Brasília não pode abrir mão realmente desse projeto do Fundo do Centro-Oeste que é especificamente para o desenvolvimento econômico, então eu peço aqui a compreensão do Deputado Ronaldo Caiado, sei da sua intenção, sei das dificuldades do entorno, mas nós podemos resolver a questão do entorno através de parcerias como está sendo proposta pelo Governo Marconi Perillo e Rodrigo Rollemberg, então, eu pediria aos colegas para votarem pela rejeição do Projeto ”.

E após a proclamação do resultado pelo processo de votação simbólico, o referido Deputado, membro da Comissão e Vice- Líder do PSDB, solicitou verificação de votação.

Contudo, o Presidente da Comissão informou ao Deputado Izalci que não concederia a verificação de votação, apesar do Deputado utilizar estritamente o que prevê o artigo 185, § 1º combinado com artigo 187, § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Prerrogativa essa consolidada na QO 338/2013 – estabelece que somente Líderes ou Vice-Líderes que podem requerer em Plenário a verificação de votação podem fazê-lo nas Comissões, observando o princípio da representação proporcional dos partidos.

Na sequência, o Presidente da reunião, Deputado Pastor Eurico, decidiu pela invalidação da solicitação de verificação de votação, uma vez que, em sua interpretação e do autor do Projeto, sem divergências de votos a verificação da votação não poderia ser realizada.

Em face do exposto REQUEIRO o conhecimento da presente QUESTÃO DE ORDEM e a anulação da votação do Projeto de Lei nº 6.926/10, considerando os arquivos de áudio e vídeo da referida reunião.



Deputado Izalci
PSDB/DF



PRESIDÊNCIA/SGM

Questão de Ordem n. 415/2014, do Senhor Deputado IZALCI. Alegação de antirregimentalidade da decisão do Presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, que rejeitou pedido de verificação de votação formulado na reunião de 5 de novembro de 2014, por não haver divergência na votação.

Em 10/11/2014.

À Presidência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, para se manifestar no prazo de 3 (três) sessões. Publique-se.



HENRIQUE EDUARDO ALVES

Presidente

